

Inventário do Subfundo da Confraria de Nossa Senhora da Conceição (1840-1916)

Câmara Municipal de Sines

Arquivo Histórico Arnaldo Soledade

Julho de 2008

Sumário

Assunto	Página
Introdução	3
Quadro de classificação da Confraria de Nossa Senhora da Conceição	4
Descrição do arquivo da Confraria de Nossa Senhora da Conceição (fundo)	5
Descrição de séries	8
1- Compromisso de Nossa Senhora da Conceição	8
2 - Actas das Reuniões da Confraria de Nossa Senhora da Conceição	10
3 - Cópias das Actas da Confraria de Nossa Senhora da Conceição	11
4- Eleição de Membros	12
5- Correspondência recebida	13
Descrições da secção e séries da Tesouraria da Confraria de Nossa Senhora da Conceição	14
1- Orçamento da Receita e da Despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição	15
2- Contas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	16
3- Diário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	17
4- Recibos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	18
5- Despesas com a festa de Nossa Senhora da Conceição	19
6 – Guias de Depósito da Caixa Geral	20
7 – Acórdãos da Comissão Distrital de Lisboa	21
Índice ideográfico	22
Índice de nomes de associações	24
Índice onomástico	25
Referências bibliográficas	26

Introdução

O arquivo da Confraria de Nossa Senhora da Conceição está disponível ao público desde 1985. O objectivo deste inventário é disponibilizar um instrumento de recuperação da informação rigoroso e útil.

Para isso, começou-se por fazer um levantamento da documentação produzida pela Confraria, cotejando este levantamento com o Catálogo do Arquivo Municipal de Sines publicado em 1985, o qual enumerava já os documentos da Confraria de Nossa Senhora da Conceição¹. A documentação foi organizada em séries. Como não existem organigramas para a documentação dos séculos XIX e XX, o plano de classificação foi estruturado a partir da legislação e da própria documentação.

Este inventário é composto pelo plano de classificação, instrumento que organiza a documentação e permite conhecer a extensão intelectual do arquivo. A segunda parte do inventário é constituída pelas descrições de arquivo, elaboradas segundo a norma ISAD (G), organizadas segundo o plano de classificação². Começamos por descrever a totalidade do arquivo da Confraria (descrição ao nível do subfundo), para depois descrever cada série que compõe o arquivo. As descrições ao nível do documento serão objecto de um catálogo.

Cada descrição contém a indicação do nível de descrição, a cota topográfica e o código de referência, a classificação, o título e as datas extremas e predominantes de cada unidade de descrição, o número de unidades de instalação e notas. De realçar que o elemento mais pertinente do ponto de vista informativo é, além do título e das datas, o âmbito e conteúdo. Permite ao utilizador identificar o conteúdo de cada série, nomeadamente a tipologia documental, os procedimentos administrativos, os cargos, as funções e as actividades expressas na documentação.

A terceira parte do inventário é um índice de assuntos e onomástico elaborado a partir das descrições das séries da Confraria de Nossa Senhora da Conceição.

Sandra Patrício

¹ BAPTISTA, Isabel [documento policopiado] – *Arquivo Histórico: Catálogo*. 1ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985. Disponível na Biblioteca de Referência do Arquivo Histórico Municipal de Sines. Pp. 63-66.

² ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.

Plano de Classificação

Confraria de Nossa Senhora da Conceição (1840-1916)

<i>Classe</i>	<i>Título</i>	<i>Datas extremas</i>
CNC.A.	Compromisso de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Sines	1840-02-25/ 1841-03-11
CNC.B.	Actas das reuniões	1888-03-10/ 1910-06-22
CNC.B.1.	Actas da Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Sines	1894-03-20/ 1911-04-22
CNC.B.2.	Cópias das actas	1888-03-10/ 1909-04-30
CNC.C.	Eleição de membros	1906 (?)
CNC.D.	Correspondência recebida	1887-12-13/ 1912-10-25
CNC.E.	Tesouraria	1881-08-15/ 1911-01-20
CNC.E.1.	Orçamento da receita e da despesa	1907-03-23/ 1911-04-22
CNC.E.2.	Contas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	1883-06-30/ 1910-06-30
CNC.E.3.	Diário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	1881-08-15/ 1910-06-30
CNC.E.4.	Recibos	1911/1915
CNC.E.5.	Despesas com a Festa de Nossa Senhora da Conceição	1898-12-13/ 1906-12-10
CNC.E.6.	Guias de Depósito na Caixa Geral	1905-06-30/ 1910-08-25
CNC.E.7.	Acórdãos da Comissão Distrital de Lisboa	1896-02-26/ 1910-04-07

Descrição do Arquivo da Confraria de Nossa Senhora da Conceição (sub-fundo da Comissão Concelhia da Administração dos Bens da Igreja)

Elementos de informação	Conteúdo
Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H
Título	Confraria de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1840 - 1912
Nível de descrição	Fundo
Localização	AH
Nome do produtor	Confraria de Nossa Senhora da Conceição
História Administrativa/ biográfica	<p>A Confraria de Nossa Senhora da Conceição viu o seu compromisso confirmado em 1607, o que poderá indiciar que se trata de, pelo menos, de uma confraria do início da Época Moderna.</p> <p>As Memórias Paroquiais de 1758 nomeiam apenas a Misericórdia e a Confraria do Santíssimo Sacramento, afirmando acerca das restantes, sem as nomear, que datam do período filipino e são pobres, com a excepção da Confraria do Santíssimo Sacramento.</p> <p>Ao longo do século XVIII e XIX as confrarias portuguesas passaram um período de várias dificuldades financeiras. O número excessivo de encargos pios instituídos, bem como a perda de rendimentos provocada pela alta de preços e pela má cobrança dos créditos conduziu a esta situação.</p> <p>De facto, as despesas de assistência cresceram a par das necessidades de representação social das confrarias.</p> <p>Finalmente, a legislação pombalina relativa aos bens de mão morta, assim como a nova regulamentação liberal do último quartel do século XIX, a qual obrigava as misericórdias a trocar os seus bens por títulos de juros da dívida, pública agravou a situação económica das confrarias portuguesas e das misericórdias em particular.</p> <p>As confrarias deveriam ainda prestar contas ao Governo Civil, por intermédio da Administração do Concelho, e parte do seu orçamento deveria contribuir para as despesas da paróquia.</p> <p>O contexto da assistência em Portugal alterou-se, com uma maior intervenção do Estado Liberal e do desenvolvimento de outras formas de assistência laicas, como os montepios ou as associações de socorros mútuos.</p> <p>Com a Primeira República a assistência foi laicizada pela Lei Separação do Estado das Igrejas (1911). Os bens das igrejas, confrarias e misericórdias são declarados nacionais, e o culto</p>

	<p>seria prestado por associações reconhecidas pelo Estado. A primeira menção em relação à Confraria de Nossa Senhora da Conceição nos documentos custodiados pelo Arquivo Municipal de Sines data de 1841, quando os irmãos votaram o Compromisso em Mesa (25 de Fevereiro). O Compromisso foi aprovado pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Reino em 11 de Março de 1841. Este compromisso foi aprovado num contexto na governamentalização da Igreja em contexto liberal, com a sujeição da instância religiosa ao Estado. Daí que o Compromisso de Nossa Senhora da Conceição refira que lhe cabe interceder junto a Nossa Senhora "a favor da Nação". Um novo compromisso de uma confraria dedicada à concepção, num período em que o dogma da Imaculada Conceição foi definido pelo Papa Pio IX (1854).</p> <p>Esta confraria tinha como objectivo o culto a Nossa Senhora da Conceição: "e especialmente para que seja advogada, e protectora das Almas dos Irmãos na presença de Deos Nosso Senhor, afim de que vão gozar da bemaventurança, servindo-lhe de guia neste mundo, para caminharem pela estrada da salvação." [Compromisso].</p> <p>Desconhece-se ainda a caracterização social dos membros da Confraria da Conceição. Os conhecidos pertenciam muitas vezes à Junta da Paróquia (José Gaudêncio Farias), a cargos públicos (Francisco António Raposo), eram ainda membros da Misericórdia (José Gaudêncio Farias). Joaquim da Silva, juiz da Confraria em 1898 e 1904, era representante da Herold em 1915. Em 1906 foram também eleitas uma juíza, uma tesoureira, secretárias e mordomos, possivelmente para obstar à dificuldade em angariar novos membros.</p> <p>Em 1912 o juiz da Confraria informou o Administrador do Concelho de Sines do "estado de abandono em que se encontrava a referida irmandade".</p> <p>A Confraria foi extinta em 11 de Fevereiro de 1916. Os seus bens foram entregues à Comissão Executiva da Comissão Central de Assistência.</p>
História custodial e arquivística	<p>O arquivo da Confraria de Nossa Senhora da Conceição manteve-se reunido aos arquivos da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Sines. Em 1985 o Arquivo Municipal foi organizado e o Arquivo de Nossa Senhora da Conceição foi reunido. A informação encontra-se no Catálogo do Arquivo Histórico Municipal de Sines (1985). Em 2006 o arquivo é transferido para o novo edifício do Arquivo Histórico Municipal (Centro de Artes de Sines). Em 2008 é elaborado um inventário do arquivo de acordo com a ISAD (G).</p>
Fonte imediata de aquisição/transferência	<p>Incorporação em data indefinida.</p>
Âmbito e conteúdo	<p>O subfundo da Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Sines apresenta um âmbito cronológico que se inicia em 1840 e termina em 1916. Os documentos têm um teor constitutivo, administrativo e financeiro. Assim, em primeiro lugar, o Compromisso da Confraria, aprovado em 1841. Em segundo lugar, do ponto de vista administrativo, é possível consultar as Actas das Reuniões (1894-1910) e as suas Cópias (1888-1909), um Mapa da Eleição de Membros (1906?); e a Correspondência Recebida (1887-1909).</p> <p>A documentação relativa à gestão financeira contém</p>

	orçamentos da receita e da despesa (1907-1911); Contas da Irmandade (1883-1910); o Diário da Irmandade (1881-1910); Recibos (1911-1915); Despesas com as festas de Nossa Senhora da Conceição (1898-1906); Guias de Depósito na Caixa Geral (1905-1910) e Acórdãos da Comissão Distrital de Lisboa (1896-1910). Do Diário da Irmandade constam os valores da receita e despesa diária da Confraria, onde se incluem a identificação das propriedades foreiras e dos foreiras.
Avaliação, selecção e eliminação	Não houve acções intencionais de avaliação, selecção e eliminação da documentação.
Ingressos adicionais	Dado que se trata de um fundo fechado, não se prevêem ingressos adicionais.
Sistema de organização	A classificação actual foi estruturada de acordo com a estrutura orgânico-funcional da instituição. Manteve-se uma sub-ordenação cronológica.
Condições de acesso	Acesso livre.
Condições de reprodução	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
Instrumentos descrição	Catálogo do Arquivo Histórico Municipal de Sines, 1985 Inventário do Arquivo da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, 2008.
Unidades de descrição relacionadas	Fundo da Junta de Freguesia de Sines Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Sines Fundo da Comissão Concelhia de Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines Fundo da Administração do Concelho de Sines. ADC/A/26/B.
Notas	As datas predominantes são 1881-1912.
Nota de publicação	FALCÃO, José António - Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 1987. Separata do Repertorium Fontium Studium Artis Historiae Portugaliae Institurandum, série B, nº1. ISSN 0870-7774. LOPES, Francisco Luís - Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama. Com introdução de João Madeira. 2ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985. SOLEDADE, Arnaldo - Sines Terra de Vasco da Gama. 4ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1999,p.224.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras/Convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-07
Descritores	Confraria/Confraria de Nossa Senhora da Conceição/Administração do Concelho/FARIA, José Gaudêncio RAPOSO, Francisco António/SILVA, Joaquim da/Mulher Participação das mulheres/Papel das mulheres
Cota	D.11/2/A/2

Descrição de séries

1- Compromisso de Nossa Senhora da Conceição

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/A
Título	Compromisso de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1840-1841
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um caderno.
Âmbito e conteúdo	<p>O Compromisso foi aprovado pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Reino em 11 de Março de 1841. Este compromisso foi aprovado num contexto na governamentalização da Igreja em contexto liberal, com a sujeição da instância religiosa ao Estado. Daí que o Compromisso de Nossa Senhora da Conceição refira que lhe cabe interceder junto a Nossa Senhora "a favor da Nação". Um novo compromisso de uma confraria dedicada à concepção, num período em que o dogma da Imaculada Conceição foi definido pelo Papa Pio IX (1854).</p> <p>Esta confraria tinha como objectivo o culto a Nossa Senhora da Conceição: "e especialmente para que seja advogada, e protectora das Almas dos Irmãos na presença de Deos Nosso Senhor, afim de que vão gozar da bemaventurança, servindo-lhe de guia neste mundo, para caminharem pela estrada da salvação." [Compromisso].</p> <p>Segundo o segundo capítulo do Compromisso, no artigo 4º, "Toda a pessoa de qualquer qualidade que for, pode ser admetida para Irmão, respeitando-se ao Compromisso da Irmandade". Desconhecemos se já eram admitidas mulheres, que, em todo o caso, não se encontravam na mesa que aprovou o compromisso. No início do século XX (1906), contudo, foram eleitos um juiz (José Gaudêncio Farias) e uma juíza (Maria Cândida dos Santos Silva), e vários mordomos e "mordomas".</p> <p>A selecção dos irmãos fazia-se antes pela quantia a pagar na data da admissão, 120 reis. Entre os membros da mesa estava José Miguel Silva, presidente da câmara em 1843, Faustino António de Brito, proprietário e José Albino Ferreira, vereador da Câmara em 1849.</p> <p>O capítulo 3 diz respeito à "factura da mesa". Previa-se a eleição anual, sem possibilidade de reeleição no ano seguinte, de um juiz, um tesoureiro e cinco mordomos, "sem distinção de pessoa". Possivelmente esta ressalva é uma referência à abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos nos finais do século XVIII, distinção essa que condicionou a admissão de irmãos nas confrarias.</p> <p>As funções da Mesa da Misericórdia são explicitadas no capítulo 4, relativo à "Administração". Assim, a Mesa</p>

	<p>administrava os bens da Confraria e deliberava acerca das festas de Nossa Senhora da Conceição de acordo com os rendimentos. Apenas no caso de deliberações que possam afectar a "existência ou perda d'alguns bens da irmandade" era obrigatória a presença de pelo menos dois terços dos irmãos (o número mínimo de irmãos que assegurava a legalidade da constituição da confraria era de 16 irmãos, segundo o artigo 22º). Todos os anos a mesa era obrigada a dar contas dos seus rendimentos.</p> <p>As obrigações da irmandade e dos irmãos estavam definidas nos capítulos 5 e 6 respectivamente. Desta forma, a irmandade deveria fazer a festa de Nossa Senhora da Conceição anualmente, por um lado; por outro, era obrigada a acompanhar até à sepultura os corpos dos irmãos, sendo que deveriam ser rezadas 3 missas por alma do irmão falecido. Os irmãos eram obrigados a pagar 120 reis na admissão e a concorrer às reuniões e às eleições da Mesa, no dia 7 de Dezembro de cada ano.</p> <p>As dificuldades na participação dos irmãos nos cargos dirigentes das confrarias é visível no artigo 20, quando se explica que aquele irmão que se recusa um cargo para o qual foi eleito pagará 2000 reis de multa. Da mesma forma era difícil manter os irmãos na confraria: "Todo o Irmão que se quiser dessariscar da Irmandade o poderá fazer, pagando 800 reis aplicados para as obras da Senhora." (artigo 24º). Talvez estas dificuldades ajudem a explicar a admissão das mulheres na direcção da Confraria, possivelmente na organização das festas anuais.</p>
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2007-01-17
Descritores	Compromisso/Compromisso da Confraria de Nossa Senhora da Conceição/Mulher/Participação das Mulheres/Silva, Maria Cândida dos Santos/Silva, José Miguel da/Brito, Faustino António/Ferreira, José Albino/Festa/Festas de Nossa Senhora da Conceição/Festas Religiosas
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.A.

2- Actas das Reuniões da Confraria de Nossa Senhora da Conceição

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/B.1.
Título	Actas das Reuniões da Confraria de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1888-1911
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um livro.
Âmbito e conteúdo	Contém o registo das reuniões da mesa da Confraria entre 1894 e 1910. Os assuntos referidos são a discussão e aprovação do orçamento da receita e despesa, a eleição da mesa da Confraria e a tomada de contas ao tesoureiro da Confraria.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre. Existe uma transcrição dos sumários das actas.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-07
Descritores	Acta/ Mesa/ Orçamento da receita e da despesa/tesoureiro/tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora da Conceição/ Tipologia Documental
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.B.1.

3 - Cópias das Actas da Confraria de Nossa Senhora da Conceição

Elementos de informação	Conteúdo
Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/B.2.
Título	Cópias das Actas da Confraria de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1888 – 1909
Nível de descrição	Subsérie
Dimensão e suporte	Cinco documentos.
Âmbito e conteúdo	Cópias das actas elaboradas pelo secretário referentes às sessões de aprovação dos orçamentos de receita e despesa da confraria dos anos de 1888-1889;1905/06/30;1908/03/23 e 1909/04/20.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre.
Notas	As datas predominantes são 1888-1889;1905/06/30;1908/03/23 e 1909/04/20.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-07-08
Descritores	Acta / Confraria / Confraria de Nossa Senhora da Conceição / Orçamento da receita e da despesa/ Orçamento da Receita e Despesa da Confraria do Santíssimo Sacramento/Tipologia Documental
Cota	D.11/2/A/2
Data de entrada	2008-07-08
Classificação	CCI.CNC.B.2.

4- Eleição de Membros

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/C
Título	Eleição de Membros
Datas extremas	1906 [?] - 1906 [?]
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um documento simples.
Âmbito e conteúdo	Lista que contém os irmãos eleitos para a mesa da Confraria para o ano de 1906 e os mordomos da Confraria. Contém também a relação dos membros femininos (juíza, tesoureira, secretária) e mordomas.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre. Existe uma transcrição do documento.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-07
Descritores	Eleição/Eleições para a mesa das confrarias e irmandades/ Mesa/ Mulher/Participação das Mulheres/Papel das Mulheres
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.C.

5- Correspondência recebida

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/D
Título	Correspondência Recebida pela Confraria de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1887-1912
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um maço.
Âmbito e conteúdo	Correspondência recebida proveniente da Administração do Concelho de Santiago de Cacém, Governo Civil do Distrito de Lisboa. Até 1910 a correspondência diz respeito ao envio e aprovação das contas de gerência da Confraria. Com a circular nº 986 da Administração do Concelho de Santiago do Cacém, datada de 10 de Outubro de 1911, introduz-se o assunto da legalização das confrarias face à Lei da Separação do Estado da Igreja. Nessa circular o Administrador do Concelho questiona a Confraria acerca da "data da aprovação dos estatutos ou compromisso"; a "receita media annual calculada pelos tres ultimos annos"; "despeza media annual com o culto calculada pelos tres ultimos annos" e, finalmente, a "despeza media annual com a assistencia, beneficencia e instrucção, calculada pelos tres ultimos annos".
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-21
Descritores	Correspondência/Correspondência recebida/Conta de gerência/ Lei da Separação do Estado das Igrejas
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.D.

Descrição de secções e séries

Tesouraria

Código de referência	PT/CMSNS/ CCI /CNC/H/E
Título	Tesouraria
Datas extremas	1888-1911
Nível de descrição	Secção
Dimensão e suporte	Dois livros e quatro maços.
Âmbito e conteúdo	Esta secção tinha como função, segundo o Compromisso, (capítulo 4, da Administração) escriturar todas as receitas e despesas para a gestão dos bens da Irmandade. Assim, desta secção fazem parte as séries Orçamento da Receita e da Despesa (1907-1911); Contas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (1883-1910); Diário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (1881-1910); Recibos (1911-1915); Despesas com a Festa de Nossa Senhora da Conceição (1898-1906); Guias de Depósito na Caixa Geral (1905-1910) e Acórdãos da Comissão Distrital de Lisboa (1896-1910).
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução	Acesso livre. Existe uma transcrição das Contas da Irmandade e do Diário da Irmandade.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-21
Descritores	Bem/Bens móveis/Aforamento/ Receita/Despesa/Orçamento da Receita e da Despesa/ Orçamento da Receita e da Despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição.
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI .CNC.E

Séries

1 - Orçamento da Receita e da Despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/E/1
Título	Orçamento da receita e da despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1907-1911
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Três documentos.
Âmbito e conteúdo	Esta série consta de três orçamentos da receita e despesa da Confraria (1907-1908; 1910-1911;1911-1912). Cada orçamento contém o quadro da receita (número de ordem, discriminação das fontes de receita, e importância) e da despesa (número de ordem, discriminação da despesa obrigatória e importância). Os orçamentos mais recentes foram validados pelo Governador Civil do Distrito de Lisboa.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre.
Notas	As datas predominantes são 1907 e 1909-1911.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-26
Descritores	Orçamento da receita e da despesa/receita/Despesa
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.E.1.

2- Contas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/E/2
Título	Contas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1883-1910
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um livro.
Âmbito e conteúdo	Registo das contas de receita e despesa da confraria anual. Cada registo contém a descrição de cada receita e de cada despesa, assim como a importância respectiva. Cada registo termina com um termo de encerramento assinado pelo juiz, o secretário e o tesoureiro da Confraria. O livro está apenas preenchido até ao fólio 30.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-26
Descritores	Orçamento da receita e da despesa/receita/Despesa
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.E.2.

3- Diário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/E/3
Título	Diário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1882-1910
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um livro.
Âmbito e conteúdo	Registo diário da receita e despesa da Confraria. Cada registo contém a data (ano, mês e dia), a descrição da receita ou despesa e importância. A validação da receita registada em cada registo da responsabilidade do tesoureiro; a validação da despesa registada era da responsabilidade do secretário. No final de cada ano o registo era concluído por um termo de encerramento assinado pelo juiz, secretário e pelo tesoureiro.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-26
Descritores	Receita/Despesa/Orçamento da Receita e da Despesa/Tesoureiro/Secretário
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.E.3.

4- Recibos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/E/4
Título	Recibos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1911-1915
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Seis documentos.
Âmbito e conteúdo	Recibos do pagamento, pela Confraria, da contribuição municipal e da contribuição de juros (o credor são os herdeiros de José Gregório da Silva).
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre.
Notas	As datas predominantes são 1911 e 1913-1915.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-26
Descritores	Contribuição municipal/Contribuição de juros/José Gregório da Silva
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.E.4.

5 - Despesas com a festa de Nossa Senhora da Conceição

Código de referência	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/E/5
Título	Despesas com a festa de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1898 – 1906
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um maço.
Âmbito e conteúdo	Contém uma colecção de documentos simples com as contas das receitas e das despesas realizadas com a Festa de Nossa Senhora da Conceição. Entre as principais receitas contam-se a venda de fogaças e as esmolas em cereais e em dinheiro. Já as despesas dizem respeito aos pagamentos aos padres, à Filarmónica de Sines e fornecedores e os gastos com a aquisição de bolos. Contém ainda um acto de certificação das despesas de 1902.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução e acesso	Acesso livre.
Notas	As datas predominantes são 1898; 1904 e 1906.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-28
Descritores	Receita / Despesa / Confraria / Confraria de Nossa Senhora da Conceição / Culto católico / Festa / Festas de Nossa Senhora da Conceição / Fogaça / Filarmónica de Sines
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.E.5.

6- Guias de Depósito da Caixa Geral

Código de referência:	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/E/6
Título	Guias de depósito na Caixa Geral
Data	1905 – 1910
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um maço.
Âmbito e conteúdo	Documento comprovativo de um pagamento de uma pessoa colectiva ou singular a outra pessoa. As guias entregues à Caixa serviam como registo do acto do pagamento pela Confraria da quantia destinada ao fundo da beneficência e despesas sanitárias. Cada guia é assinada pelo juiz da Confraria, e é averbada pelo recebedor da Repartição da Fazenda do concelho de Santiago do Cacém.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução	Acesso livre.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data(s) descrição	2008-05-28
Descritores	Guia de depósito / Guia / Assistência / Despesa
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.E.6.

7- Acórdãos da Comissão Distrital de Lisboa

Código de referência:	PT/CMSNS/CCI/CNC/H/E/7
Título	Acórdãos da Comissão Distrital de Lisboa
Data	1896 – 1910
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	Um maço.
Âmbito e conteúdo	Contém uma colecção de documentos comprovativos da concordância da Comissão Distrital de Lisboa em relação às contas de gerência da Confraria.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Condições de reprodução	Acesso livre
Notas	As datas predominantes são 1896;1898-1900; 1903-1910.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-05-28
Descritores	Tipologia Documental / Acórdão / Conta de Gerência
Cota	D.11/2/A/2
Classificação	CCI.CNC.E.7.

Índice ideográfico

<i>Assunto</i>	<i>Páginas</i>
Acórdão	21
Acta	10,11
Administração do Concelho	5
Aforamento	14
Assistência	20
Bem	14
Bens	14
Compromisso	5, 8
Compromisso da Confraria de Nossa Senhora da Conceição	5, 8
Confraria	5, 10, 11
Confraria de Nossa Senhora da Conceição	5,10,11
Conta de gerência	13, 21
Contribuição de juros	18
Contribuição municipal	18
Correspondência	13
Correspondência recebida	13
Culto católico	19
Despesa	10,14-17,19-20
Eleições	12
Eleições para as mesas de confrarias e irmandades	12
Festa	9,19
Festas de Nossa Senhora da Conceição	9,19
Festas Religiosas	9,19
Fogaça	19
Guia	20
Guia de depósito	20
Lei de Separação do Estado das Igrejas	13
Mesa	10,12
Mulher	5,9,12
Orçamento da receita e despesa	6,10,11,14,16,17,19
Orçamento da receita e despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição	6,10,11,14,16,17,19
Papel das mulheres	5,9,12
Participação das mulheres	5,9,12

Índice ideográfico

<i>Assunto</i>	<i>Páginas</i>
Receita	6,14-18, 19
Secretário	17
Tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora da Conceição	10,17
Tipologia Documental	10,11,21



Sines Centro de Artes

Índice de Nomes de Associações

Filarmónica Sineense

19

Índice onomástico

Faustino António Brito USE	8
BRITO, Faustino António	
Francisco António Raposo USE	5
RAPOSO, Francisco António	
Joaquim da Silva USE	5
SILVA, Joaquim da	
José Albino Ferreira USE	8
FERREIRA, José Albino	
José Gaudêncio Faria USE	8
FARIA, José Gaudêncio	
José Miguel da Silva USE	8
SILVA José Miguel	
Maria Cândida dos Santos Silva USE	8
SILVA, Maria Cândida dos	

Referências Bibliográficas

- ALEGRE, Cipriano Simões - Código Administrativo . Decreto-Lei nº 31095 de 31 de Dezembro de 1940 seguido de um repertório alfabético elaborado por Cipriano Simões Alegre e actualizado por Mário Artur Mendes Costa Santos. 9ª edição. Anadia: Cisial Editora, 1972.
- BAPTISTA, Isabel [documento policopiado] – *Arquivo Histórico: Catálogo*. 1ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985. Disponível na Biblioteca de Referência do Arquivo Histórico Municipal de Sines.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*; tradução Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo do IAN/TT. 2ª Ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004. ISBN 972-8107-69-2.
- FALCÃO, José António - Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 1987. Separata do Repertorium Fontium Studium Artis Historiae Portugaliae Institutandum, série B, nº1. ISSN 0870-7774.
- INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO - *Orientações Para a Descrição Arquivística*. 1ª Versão. Lisboa: IAN/TT, 2006. ISBN 972-8107-88-9.
- LOPES, Francisco Luís - Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama. Com introdução de João Madeira. 2ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985.
- MOTTA, Jayme Arthur - Código Administrativo aprovado por carta de lei de 4 de Maio de 1896. 2ª Edição. Coimbra: França Amado, 1909.
- NP 405-1: 1994. Informação e documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos.
- SOLEDADE, Arnaldo - Sines Terra de Vasco da Gama. 4ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1999,p.224.